



Universidade Federal  
de Campina Grande

# Hospital Universitário

Rua Carlos Chagas, s/n - São José - CEP: 58107 670 - Telefone 0 XX (83) 2101-5500 Campina Grande - PB



Comissão de Processos  
Vestibulares



**09/02/2014**

**Auxiliar Administrativo**



Universidade Federal  
de Campina Grande

# Hospital Universitário

Rua Carlos Chagas, s/n - São José - CEP: 58107-670 - Telefone 0 XX (83) 2101-5500 Campina Grande - PB



## PROCESSO SELETIVO - HUAC

09 de fevereiro de 2014

### Nível Médio

**Auxiliar Administrativo**

### GABARITO DO CANDIDATO

1.	11.	21.	31.
2.	12.	22.	32.
3.	13.	23.	33.
4.	14.	24.	34.
5.	15.	25.	35.
6.	16.	26.	36.
7.	17.	27.	37.
8.	18.	28.	38.
9.	19.	29.	39.
10.	20.	30.	40.

**Auxiliar Administrativo**

**01** A Lei 8.112/90 disciplina o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais e abrange quais entidades da Administração Pública direta e indireta?

- a) A União, às autarquias, às fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista federais.
- b) A União, às autarquias, inclusive as em regime especial, às fundações públicas federais, empresas públicas e sociedades de economia mista federais, inclusive as suas subsidiárias.
- c) A União, às autarquias, inclusive as em regime especial, e às fundações públicas federais.
- d) Somente à União e suas autarquias.
- e) Somente à União e suas fundações

**02** É INCORRETO afirmar:

- a) Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.
- b) Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.
- c) É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.
- d) Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 5% das vagas oferecidas no concurso.
- e) A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

**03** São formas de provimento de cargo público, EXCETO:

- a) Recondução.
- b) Posse.
- c) Aproveitamento.
- d) Readaptação.
- e) Nomeação.

**04** A respeito da nomeação do servidor público na lei 8.112/90, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A nomeação far-se-á em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira.
- b) A nomeação far-se-á em em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de confiança vagos.
- c) A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.
- d) A nomeação do servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, deverá receber a remuneração do segundo cargo durante o período da interinidade.
- e) A nomeação do servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

**05** Segundo a lei 8.112/90 marque o que não é correto sobre a reversão do servidor público:

- a) Reversão far-se-á com o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos, da aposentadoria.
- b) Reversão far-se-á com o retorno à atividade de servidor aposentado no interesse da administração, desde que a aposentadoria tenha sido voluntária.
- c) Reversão far-se-á com o retorno à atividade de servidor aposentado no interesse da administração, desde que estável quando na atividade.
- d) Reversão far-se-á com o retorno à atividade de servidor aposentado no interesse da administração, desde que a aposentadoria tenha ocorrido nos cinco anos anteriores à solicitação.
- e) Reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

**06** Em tema de provimento de cargo público, assinale a opção INCORRETA.

- a) A recondução far-se-á com o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.
- b) A disponibilidade far-se-a á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
- c) A reintegração far-se- á mediante a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- d) O aproveitamento far-se-á mediante a efetivação em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.
- e) A redistribuição far-se-á mediante o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central.

07] A vacância do cargo público não decorrerá de:

- a) Readaptação.
- b) Exoneração.
- c) Ascensão.
- d) Aposentadoria.
- e) Promoção.

08] Quanto ao exercício e posse do servidor público no cargo marque a alternativa INCORRETA.

- a) Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.
- b) É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
- c) O servidor será exonerado do cargo ou será tornado sem efeito o ato de sua designação para função de confiança, se não entrar em exercício no prazo de trinta dias.
- d) O início do exercício de função de confiança coincidirá com a data de publicação do ato de designação, salvo quando o servidor estiver em licença ou afastado por qualquer outro motivo legal, hipótese em que recairá no primeiro dia útil após o término do impedimento, que não poderá exceder a trinta dias da publicação.
- e) A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

09] No que diz respeito ao estágio probatório é correto afirmar:

- a) Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de doze meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores.
- b) Seis meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, realizada por comissão constituída para essa finalidade.
- c) O servidor não aprovado no estágio probatório será demitido ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.
- d) O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 1 ano de efetivo exercício.
- e) O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças, os afastamentos e participação em curso de formação.

10] A retorno do servidor estável no cargo anteriormente ocupado quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens assinala a definição de:

- a) Reintegração.
- b) Recondução.
- c) Reversão.
- d) Readaptação.
- e) Aproveitamento.

11] O deslocamento do servidor público civil de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo poder, de um modo geral, trata-se de uma:

- a) Substituição.
- b) Redistribuição.
- c) Remoção.
- d) Reintegração.
- e) Readaptação.

12] Com base na lei 8.112/90 assinale a opção INCORRETA sobre os direitos, vantagens e deveres do servidor público civil.

- a) O Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
- b) A Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
- c) O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de noventa dias para quitar o débito.
- d) O servidor perderá a remuneração do dia em que faltar ao serviço, sem motivo justificado.
- e) O servidor perderá parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos e saídas antecipadas.

13] Não constitui indenização ao servidor nos termos da lei 8.112/90:

- a) Ajuda de custo.
- b) Auxílio-moradia.
- c) Diárias.
- d) Gratificação.
- e) Transporte.

14) O auxílio-moradia para o Estatuto do Servidor Público Civil Federal consiste no ressarcimento das despesas comprovadamente realizadas pelo servidor com aluguel de moradia ou com meio de hospedagem administrado por empresa hoteleira, no prazo de um mês após a comprovação da despesa pelo servidor. Em razão disso, marque a alternativa INCORRETA.

- a) Conceder-se-á auxílio-moradia ao servidor desde que não exista imóvel funcional disponível para uso pelo servidor.
- b) Conceder-se-á auxílio-moradia ao servidor no caso de o cônjuge ou companheiro do servidor não ocupe imóvel funcional.
- c) Conceder-se-á auxílio-moradia ao servidor desde que nenhuma outra pessoa que resida com o servidor receba auxílio-moradia.
- d) Conceder-se-á auxílio-moradia ao servidor que tenha se mudado do local de residência para ocupar cargo em comissão ou função de confiança do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores.
- e) Conceder-se-á auxílio-moradia ao servidor caso o deslocamento tenha sido por força de alteração de lotação ou nomeação para cargo efetivo.

15) Sobre a Gratificação Natalina marque a única alternativa INCORRETA.

- a) servidor exonerado perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.
- b) A gratificação natalina corresponde a um doze avos da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.
- c) A fração igual ou superior a 15 dias será considerada como mês integral para aferição da gratificação natalina.
- d) A gratificação natalina será paga em duas parcelas, sendo a primeira até o dia 30 de novembro e a segunda, até o dia 20 do mês de dezembro de cada ano.
- e) A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

16) Assinale a alternativa INCORRETA segundo a lei 8.112/90:

- a) O adicional por tempo de serviço é devido à razão de 1% por ano de serviço público efetivo, incidente sobre o vencimento a partir do mês em que completar o anuênio.
- b) Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo.
- c) A servidora gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não penoso e não perigoso.
- d) O adicional de atividade penosa será devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem.
- e) Os servidores que operam com Raios X ou substâncias radioativas serão submetidos a exames médicos a cada 6 (seis) meses.

17) Em relação a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso disciplinada pelo Estatuto do Servidor Público Civil indique a opção INCORRETA:

- a) É devida ao servidor que, em caráter eventual atuar como instrutor em curso de formação, de desenvolvimento ou de treinamento regularmente instituído no âmbito da administração pública federal.
- b) É devida ao servidor que, em caráter eventual participar da logística de preparação e de realização de concurso público envolvendo atividades de planejamento, coordenação, supervisão, execução e avaliação de resultado, quando tais atividades não estiverem incluídas entre as suas atribuições permanentes.
- c) É devida ao servidor que, em caráter eventual participar de banca examinadora ou de comissão para exames orais, para análise curricular, para correção de provas discursivas, para elaboração de questões de provas ou para julgamento de recursos intentados por candidatos.
- d) É devida ao servidor que, em caráter eventual participar da aplicação, fiscalizar ou avaliar provas de exame vestibular ou de concurso público ou supervisionar essas atividades.
- e) É devida ao servidor que, em caráter eventual participar de comissão de avaliação de estágio probatório em instituição no âmbito da administração pública federal.

18) Sobre as férias do servidor público com base na lei 8.112/90 não se pode afirmar que:

- a) O servidor fará jus a trinta dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.
- b) As férias poderão ser parceladas em até três etapas, desde que assim requeridas pelo servidor, e no interesse da administração pública.
- c) É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.
- d) O servidor exonerado do cargo efetivo, ou em comissão, perceberá indenização relativa ao período das férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício, ou fração superior a quatorze dias.
- e) O servidor que opera direta e permanentemente com Raios X ou substâncias radioativas gozará 25 dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida em qualquer hipótese a acumulação.

19 Com relação a licença do servidor público nos termos da lei 8.112/90 indique a opção em que não será concedido esse direito:

- a) Para atividade política.
- b) Para o serviço militar.
- c) Por assiduidade.
- d) Para tratar de interesses particulares.
- e) Por motivo de doença em pessoa da família.

20 A respeito do afastamento de servidor público para servir a outro órgão ou entidade é incorreto afirmar que:

- a) A cessão servidor público far-se-á mediante portaria publicada no Diário Oficial da União.
- b) No caso da União o servidor público poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, para exercício de cargo em comissão ou função de confiança.
- c) No caso de cessão de servidor público da União para exercício de cargo em comissão ou função de confiança, para órgãos ou entidades de Município o ônus da remuneração será do órgão ou entidade cessionária, mantido o ônus para o cedente nos demais casos.
- d) Cessões de empregados de empresa pública ou de sociedade de economia mista, que receba recursos de Tesouro Nacional para o custeio total ou parcial da sua folha de pagamento de pessoal, independe de ser para exercício de cargo em comissão ou função de confiança.
- e) No caso de cessão de servidor público da União para exercício de cargo em comissão ou função de confiança, para órgãos ou entidades de um Estados o ônus da remuneração será do órgão ou entidade cedente, mantido o ônus para o cedente nos demais casos.

21 Sobre a necessidade de afastamento do servidor público para exercício de mandato eletivo com base na lei 8.112/90, indique o que não é permitido:

- a) Quando investido no mandato de vereador e havendo compatibilidade de horário, o servidor perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- b) Quando investido no mandato de vereador e não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- c) Quando investido no mandato de Prefeito e havendo compatibilidade de horário, o servidor perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- d) Tratando-se de mandato federal, estadual ou distrital, ficará afastado do cargo.
- e) Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

22 O servidor poderá, no interesse da administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação de mestrado e doutorado, mas somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos efetivos no respectivo órgão ou entidade que comprove o prazo de:

- a) Seis meses para mestrado e 1 ano para doutorado.
- b) 1 ano para mestrado e 2 anos para doutorado.
- c) 1 ano e seis meses para mestrado e 2 anos e seis meses para doutorado.
- d) 2 anos para mestrado e 3 anos para doutorado.
- e) 3 anos para mestrado e 4 anos para doutorado.

23 É assegurado ao servidor público nos termos da lei 8.112/90 o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direito ou interesse legítimo. No caso de aplicação de sanção disciplinar o direito de petição prescrevera em:

- a) seis meses, quanto aos atos de advertência.
- b) 01 ano, quanto aos atos de cassação de aposentadoria
- c) 03 anos, quanto aos atos de demissão.
- d) 04 anos, quanto aos atos que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho.
- e) 05 anos, quanto aos atos de disponibilidade.

24] O inquérito administrativo no regime jurídicos dos servidores públicos civis da União obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito, no entanto, não será assegurado ao servidor o direito de:

- a) Acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador.
- b) Arrolar testemunhas.
- c) Reinquirir testemunhas.
- d) Formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.
- e) Acareação quando a comprovação do fato não depender de conhecimento especial de perito.

25] O regime estatutário dos servidores públicos federais disciplina as regras acerca das penalidades disciplinares. Em razão disso, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) São penalidades disciplinares, a advertência, a suspensão, a demissão, a cassação de aposentadoria ou a disponibilidade, a destituição de cargo em comissão e a destituição de função comissionada.
- b) Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.
- c) O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.
- d) A advertência será aplicada por escrito, no caso de inassiduidade habitual desde que não justifique imposição de penalidade mais grave.
- e) A advertência será aplicada por escrito, no caso de ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato desde que não justifique imposição de penalidade mais grave.

26] A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa. Marque a opção INCORRETA segundo a lei 8.112/90:

- a) As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, todavia, quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.
- b) Quando o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de advertência será instaurado sindicância que poderá resultar no arquivamento do processo.
- c) Quando o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de disponibilidade será obrigatório a instauração de sindicância que poderá resultar no arquivamento do processo.
- d) Quando o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de demissão será obrigatória a instauração de processo disciplinar.
- e) Quando o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de cassação de aposentadoria será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

27] O processo disciplinar regido pela lei 8.112/90 poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido administrativamente ou a inadequação da penalidade administrativa aplicada. Ademais, o julgamento de revisão caberá à autoridade que aplicou a penalidade no prazo de:

- a) 15 dias.
- b) 20 dias.
- c) 30 dias.
- d) 45 dias.
- e) 60 dias.

28] A aposentadoria compreende um dos benefícios do Plano de Seguridade Social do servidor público, diante disso, julgue a alternativa INCORRETA.

- a) A aposentadoria compulsória será automática, e declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço ativo.
- b) A aposentadoria por invalidez permanente será concedida com os proventos integrais quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei.
- c) A aposentadoria voluntária será concedida aos 35 anos de serviço, se homem, e aos 30 se mulher, com proventos integrais.
- d) A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, por período não excedente a 12 meses.
- e) Ao servidor aposentado será paga a gratificação natalina, até o dia vinte do mês de dezembro, em valor equivalente ao respectivo provento, deduzido o adiantamento recebido.

29) Dentre os benefícios do Plano de Seguridade Social do servidor público federal compreende o salário-família que:

- a) Será devido à servidora por motivo de nascimento de filho, em quantia equivalente ao menor vencimento do serviço público, inclusive no caso de natimorto.
- b) Será devido exclusivamente ao servidor ativo por dependente econômico.
- c) Poderá ser devido ao servidor inativo, desde que seja comprovado a guarda do menor judicialmente e dependência econômica.
- d) Está sujeito ao imposto de renda pessoa física e servirá de base para a incidência de contribuição previdência do servidor público.
- e) Será devido ao servidor ativo ou ao inativo, por comprovação de dependente econômico do o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 21 anos de idade ou, se estudante, até 24 anos ou, se inválido, de qualquer idade.

30) Sobre o auxílio-funeral no Plano de Seguridade Social do servidor público federal indique a alternativa INCORRETA.

- a) O auxílio-funeral é devido à família do servidor falecido na atividade em valor equivalente ao total do valor despendido, mas limitado a dois meses da remuneração ou provento.
- b) Auxílio-funeral é devido à família do servidor falecido e aposentado, em valor equivalente a um mês da remuneração ou provento.
- c) No caso de acumulação legal de cargos, o auxílio será pago somente em razão do cargo de maior remuneração.
- d) O auxílio-funeral será pago no prazo de 48 horas, por meio de procedimento sumaríssimo, à pessoa da família que houver custeado o funeral.
- e) Em caso de falecimento de servidor em serviço fora do local de trabalho, inclusive no exterior, as despesas de transporte do corpo correrão à conta de recursos da União, autarquia ou fundação pública.

31 De acordo com o Art. 200 da Constituição Federal, compete ao Sistema Único de Saúde, EXCETO:

- a) Controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde, com exceção de imunobiológicos e hemoderivados, cuja atribuição é da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- b) Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.
- c) Participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.
- d) Ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.
- e) Incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico.

32 Assinale a alternativa que representa as diretrizes do Sistema Único de Saúde que estão apresentadas na Constituição Federal:

- a) Promoção, prevenção e reabilitação.
- b) Fiscalização, regionalização e atendimento integral.
- c) Promoção, prevenção e proteção.
- d) Atendimento integral, descentralização e participação da comunidade.
- e) Atendimento Integral, prevenção e centralização.

33 Um dos princípios do SUS é a equidade, cujo significado é:

- a) Capacidade do sistema de ofertar um conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.
- b) A utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática.
- c) A garantia de que os recursos da saúde sejam distribuídos de modo a oferecer mais àqueles que mais necessitam de atenção e cuidados, considerando-se as disparidades regionais e diferenças sociais.
- d) A saúde é direito de todo cidadão brasileiro.
- e) Garantir a articulação da saúde com as demais políticas públicas que possam produzir ampliação da qualidade de vida dos indivíduos.

34 Sobre os princípios do SUS é correto afirmar:

- a) A equidade representa a igualdade da assistência à saúde, sem discriminação ou privilégios de qualquer espécie.
- b) A regionalização refere-se à descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo.
- c) A integralidade da assistência é entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.
- d) A universalidade diz respeito à capacidade do sistema resolver a totalidade dos problemas de saúde dos usuários.
- e) O controle social diz respeito à divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário.

35 Considerando o conteúdo da Lei 8142 de 28 de Dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação popular no SUS, assinale a alternativa correta.

- a) As conferências municipais e estadual de saúde devem ser realizadas a cada dois anos e a conferência nacional, de quatro em quatro anos.
- b) Os conselhos de saúde atuam na formulação e no controle da execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros.
- c) Recomenda-se que a presidência dos Conselhos Municipais seja exercida pelo secretário de saúde.
- d) A representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências será paritária em relação aos prestadores e gestores, ficando cada segmento com um terço das vagas.
- e) Cabe ao gestor municipal indicar os membros do conselho.

36 O Pacto pela vida, instituído pelo Pacto pela Saúde apresentado na Portaria Nº 399 de 22 de Fevereiro de 2006, representa o compromisso entre os gestores do SUS em torno de prioridades que apresentam impacto sobre a situação de saúde da população brasileira. Qual das alternativas representa ação que não estava incluída no grupo de prioridades do Pacto em 2006?

- a) Fortalecimento da capacidade de respostas às doenças emergentes e endemias, com ênfase na dengue, hanseníase, tuberculose, malária, influenza, hepatite e AIDS.
- b) Redução da Mortalidade Infantil e Materna.
- c) Promoção da Saúde.
- d) Saúde do Trabalhador.
- e) Controle do Câncer de colo de útero e mama.

37 Teve como objetivo estabelecer o processo de regionalização como estratégia de hierarquização dos serviços de saúde e de busca de maior equidade no SUS, apresentando como instrumentos, o Plano Diretor de Regionalização e o Plano Diretor de Investimentos. Essa afirmação refere-se à:

- a) Norma Operacional de assistência à Saúde – NOAS/2001.
- b) Norma Operacional Básica - NOB/93.
- c) Norma Operacional Básica - NOB/91.
- d) Pacto pela Saúde.
- e) Decreto 7.508.

38 O Piso da Atenção Básica – PAB consiste em um montante de recursos destinado ao custeio das ações desenvolvidas na atenção básica. O Instrumento legal do SUS que instituiu o PAB foi:

- a) NOAS/2001.
- b) Lei 8.142 de 28 de Dezembro de 1990.
- c) Pacto pela Saúde.
- d) Decreto 7.508 de 28 de junho de 2011.
- e) NOB/96.

39 Com relação ao Sistema Único de Saúde assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Foi concebido a partir das discussões da Reforma Sanitária.
- b) Resgatou a cidadania de milhões de brasileiros na medida em que apresenta a saúde como direito de todos e dever do estado.
- c) Teve como marco a VIII Conferência Nacional de Saúde.
- d) A iniciativa privada pode participar em igualdade de condições com os serviços públicos e filantrópicos.
- e) Tem como base legal a Constituição Federal e as Leis 8.080 e 8.142.

40 Segundo a lei 8.142 de 28 de Dezembro de 1990, a representação dos usuários nos Conselhos de Saúde será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos. Isso significa que a composição do conselho deve ser:

- a) 40% de entidades de usuários e 60% de prestadores dos serviços na área da saúde, entidades de trabalhadores de representantes do governo.
- b) 50% de entidades de usuários e 50% de prestadores dos serviços na área da saúde, entidades de trabalhadores de representantes do governo.
- c) 60% de entidades de usuários e 40% de prestadores dos serviços na área da saúde, entidades de trabalhadores de representantes do governo.
- d) 70% de entidades de usuários e 30% de prestadores dos serviços na área da saúde, entidades de trabalhadores de representantes do governo.
- e) 30% de entidades de usuários e 70% de prestadores dos serviços na área da saúde, entidades de trabalhadores de representantes do governo.

RASCUNHO

RASCUNHO